

A SOCIEDADE ARGENTINA NO PERÍODO DITATORIAL: UM OLHAR CRÍTICO COM BASE EM BOURDIEU

KATIA MARIA AMORIM BRANDÃO ANTONIOLLI

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista e Piracicaba
– SP katia.antoniolli@gmail.com

RESUMO

O contexto da educação na Argentina sofreu forte influência da economia, dos comportamentos sociais correntes, e em especial da política, pautada por mudanças de governos democráticos para autocráticos, exercendo pressões sobre o conhecimento explícito compartilhado na sociedade, em especial na educação e cultura, sob a forma de censura e repressão. Este trabalho tem como objetivo descrever os efeitos do regime ditatorial argentino das décadas de 1960 e 1970, sob os pilares da teoria de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, que utiliza como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados artigos relacionados à história argentina, com análise realizada no período pós ditadura, bem como artigos que tratam dos elementos da teoria e lógica de Bourdieu. Em seguida buscou-se, com base nestas fontes, uma análise crítica para se identificar os elementos da lógica de Bourdieu relacionados com os acontecimentos que antecederam os períodos ditatoriais, quanto os desencadeados durante tais períodos. Como contribuição, o artigo pretende trazer uma abordagem distinta sobre a sociedade argentina antes e durante a Ditadura e, dessa forma, contribuir com uma análise crítica e reflexiva, baseada em elementos da filosofia, sobre os fatos históricos analisados neste trabalho.

Palavras-chave: Argentina, Bourdieu, Ditadura, Educação, Sociedade.

INTRODUÇÃO

Dentre as ponderações sobre a história das ideias em *A arqueologia do saber* (1969), Michel Foucault argumenta que o estudo da história deve considerar sua descontinuidade, ou seja, ela não deve ser estudada de maneira contínua. Sob uma ótica semelhante defendida pelo filósofo francês, Giullia Caldas Anjos, em seu artigo *A Arqueologia da Repressão no Contexto das Ditaduras Militares da Argentina, Uruguai e Brasil, Arqueologia Pública* (2012), declara que o historiador não deseja a totalidade, uma vez que esta não pode ser alcançada, mas sim o fato analisado em sua abrangência temporal, e a forma como ele contesta um conjunto de práticas de uma época, “produzindo efeitos de verdades que advêm de relações de força do campo do saber-poder” (ANJOS. 2012, p.80) Portanto, um marco histórico surge de um conjunto de episódios fragmentados, em que os complementos dessas lacunas têm como constituinte essencial o resultado de um contexto sócio-político da época, para que, dessa forma, o registro possa formalizar o período mencionado.

Logo, para Anjos (2012), as ditaduras na América Latina surgiram como resultado dos efeitos da chamada guerra fria, pela qual o mundo era composto por dois blocos: o formado por países comunistas, associados ao Pacto de Varsóvia, e o de países capitalistas, participantes do Tratado Atlântico Norte Aliada à estrutura existente no panorama mundial, houve a derrota sofrida pelos Estados Unidos em Cuba, e a ameaça de mísseis nucleares contra a América, por parte da União Soviética, podendo culminar na III Guerra Mundial. Este cenário, de acordo com a pesquisadora, aumentava o receio norte-americano pela “esquerdização” do Continente. Ademais, a estratégia em relação à América Latina deve ser analisada sob o enfoque do qual os Estados Unidos se empenharam em apoiar políticas para a ascensão de regimes militares, em que a maioria dessas nações foram comandadas a partir daquele momento por ditaduras, o que poderia favorecer a influência do país Norte Americano no Continente.

Na Argentina, por exemplo, foram cinco anos de democracia entre 1930 e 1976, porém períodos não consecutivos. Os militares tomaram o poder em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966, sendo o último (e mais violento), em 1976. Para Anjos (2012), todos foram golpes contra a democracia, pois quem assumia o governo era o presidente “de fato”, ou seja, um general militar, eleito pelos próprios militares. Nos primeiros anos dos regimes ditatoriais, o país

sofreu com as adversidades de cunho econômicos e divergências com os sindicatos obreiros sobre leis trabalhistas.

Entretanto, nos anos de 1950 surgem problemas com grupos guerrilheiros, sob a influência do comunismo, assim como uma resposta à pressão dos Estados Unidos, que começavam a investir intensamente no território nacional. (ROMERO 1999). Em 1975, o governo da presidente Isabel Perón enfrentava dificuldades com as greves e as guerrilhas. A situação econômica do país encontrava-se preocupante devido às altas de preços, acarretando que parte da sociedade argentina a requerer a volta dos militares, pois acreditava-se que a lei e a ordem seriam restabelecidas, e, conseqüentemente, as greves e guerrilhas seriam extinguidas, e os valores elevados seriam finalmente controlados, o que, evidentemente, não ocorreu (NOVARO 2001). A presidente Isabel Perón concedeu, então, “carta branca” para que os militares agissem como fosse necessário, pelo tempo que julgassem conveniente, com o objetivo de garantir a paz na Argentina. Efetivamente, essa foi a oportunidade que os militares precisavam para em 1976, depois de estarem já há algum tempo tentando controlar a economia, realizaram um golpe, expulsaram o comando peronista da presidência.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como abordagem a análise dos fatos históricos sob a ótica da sociologia, com o apoio dos conceitos da teoria de Pierre Bourdieu (1930 - 2002) para tal análise, tendo como objetivo em descrever os efeitos do regime ditatorial argentino das décadas de 1960 e 1970.

Para o sociólogo francês, a sociedade é um conjunto de vários elementos sociais que atuam de forma autônoma, e que dificultam a formação de uma lógica social única, resultando assim em conceitos dicotômicos, tais como o subjetivismo e objetivismo. Para Bourdieu (2007), qualquer uma dessas linhas de pensamento, se tomadas de forma isolada, podem levar a uma interpretação errada da realidade. Sendo assim, para ele, a teoria e a prática são indivisíveis, já que estão fortemente ligadas.

Por conseguinte, a lacuna relevante identificada nesta pesquisa refere-se à forma como as sanções e as repressões dos regimes totalitários interferiram na sociedade argentina, analisando tais desdobramentos com base na teoria de Bourdieu. Para isso, o presente artigo traz a seguinte questão norteadora: “*Que elementos da teoria de Pierre Bourdieu podem ser identificados na sociedade Argentina, analisando-se tanto o período que antecede a ditadura, quanto aquele em que o país esteve sob regimes totalitários*”.

METODOLOGIA

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), uma pesquisa pode ser classificada de quatro formas: quanto à natureza, quanto à forma de abordagem, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos.

Quanto à natureza da pesquisa, ela pode ser básica ou aplicada (MARCONI e LAKATOS, 2002). Este artigo é uma pesquisa aplicada pois objetiva discutir os traços da teoria de Pierre Bourdieu existentes na sociedade argentina, tanto no período pré ditatorial, quanto no ditatorial. Quanto à forma de abordagem do problema, uma pesquisa pode ser classificada em quantitativa ou qualitativa (MARCONI e LAKATOS, 2002). Esta pesquisa se enquadra como uma pesquisa qualitativa. Isto em função do método de interpretação indutiva dos dados e o foco principal como sendo o processo e seu significado, além da atuação do pesquisador como elemento-chave.

Quanto aos objetivos, uma pesquisa pode ser classificada em exploratória, descritiva ou explicativa. Esta pesquisa tem características predominantemente descritiva por envolver: pesquisa bibliográfica e explicação das relações entre os fatos históricos da Argentina nos anos 1976 a 1986, e os elementos da lógica de Pierre Boudieu identificados nos fatos e contextos históricos.

Quanto aos procedimentos técnicos, para esta pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica e análise documental.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), uma pesquisa pode ser classificada de quatro formas: quanto à natureza, quanto à forma de abordagem, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos.

Quanto à natureza da pesquisa, ela pode ser básica ou aplicada (MARCONI e LAKATOS, 2002). Este artigo é uma pesquisa aplicada pois objetiva discutir os traços da teoria de Pierre Bourdieu existentes na sociedade argentina, tanto no período pré ditatorial, quanto no ditatorial. Quanto à forma de abordagem do problema, uma pesquisa pode ser classificada em quantitativa ou qualitativa (MARCONI e LAKATOS, 2002). Esta pesquisa se enquadra como uma pesquisa qualitativa. Isto em função do método de interpretação indutiva dos dados e o foco principal como sendo o processo e seu significado, além da atuação do pesquisador como elemento-chave.

Quanto aos objetivos, uma pesquisa pode ser classificada em exploratória, descritiva ou explicativa. Esta pesquisa tem características predominantemente descritiva por envolver: pesquisa bibliográfica e explicação das relações entre os fatos históricos da Argentina nos anos 1976 a

1986, e os elementos da lógica de Pierre Bourdieu identificados nos fatos e contextos históricos.

Quanto aos procedimentos técnicos, para esta pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica e análise documental.

Movimento Cultural Argentino no Período Pré Ditatorial e Ditatorial

A ditadura argentina, de acordo com Anjos (2012), que compreende o período de 1966 a 1983, começou com o movimento “*Revolução Argentina*”, pelo General Videla, e resultou no golpe de Estado que destituiu o presidente Arturo Illia, no dia 28 de junho de 1966. Para Priori (2006), este contexto teve sua origem em um processo anterior a 1955, com a queda do governo de Juan Domingos Perón. A partir desse momento, o processo de institucionalização do poder militar tornou-se crescente dentro da política.

Em 1966 a Junta Revolucionária, que reuniu o comando dos três poderes armados: com participação do Tenente General Pascual A. Pistarini, pelo Exército, do Almirante Benigno I. Varela, pelas Marinha, e o Brigadeiro Major Teodoro Álvarez, pela Força Aérea, tomou o poder, sob a alegação da necessidade de restabelecimento da ordem, e da retomada do crescimento argentino (ANJOS 2012) Cisneros e Escude (2000) explicam que a Junta Revolucionária deliberou a destituição dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República, bem como dos Governadores e seus vices. Adicionalmente, foi dissolvido o Congresso Nacional, bem como as legislaturas provinciais, e aboliu-se todos os partidos políticos do país. Anjos acrescenta sobre a existência de um documento formalizando tais decisões, a “*Acta de la Revolución Argentina*”, além de nomear para o exercício da Presidência da República, o Tenente General Juan Carlos Onganía.

A ascensão do regime militar argentino teria tido uma pausa, segundo Priori, devido a sucessão do governo de Héctor Cámpora, que renunciou, instituindo Juan Domingo Perón, como presidente, e por sua esposa, e vice-presidente, Maria Estela Martinez de Perón (Isabelita), entre 25 de maio de 1973, e 24 de março de 1976, uma vez que Perón havia assumido o governo por meio de eleições livres. Entretanto, Juan Domingo Perón faleceu após um ano de governo, sucedendo-lhe a presidência para Isabel Perón.

O governo de Isabelita Perón foi marcado por forte disputa entre a esquerda e a direita, desagradando as elites militares. Logo, em 24 de março de 1976, houve outro golpe de Estado na Argentina, inaugurando o segundo

período ditatorial militar. A Nova Junta Militar foi constituída, desta vez formada pelo General Jorge Videla, almirante Emílio Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti, que instalaram uma ditadura permanente, conhecida como “*Proceso de Reorganización Nacional*”, reconhecidamente “*a mais violenta e transformadora da história argentina*”.

A partir desste momento, houve o endurecimento do regime, em especial no tocante à prática da tortura e da repressão pelo Estado autoritário. Este processo perdurou até a derrota Argentina na Guerra das Malvinas, quando a Junta Militar se enfraqueceu, e possibilitou o retorno da democracia, restaurando as eleições elegendo Raúl Alfonsín como presidente, em dezembro de 1983, encerrando assim este período de sangue da história argentina contemporânea.

Como resultado dos regimes ditatoriais militares, na Argentina (assim como no Brasil), houve saldo trágico de pessoas desaparecidas, torturadas, mortas, e feridas, além de forte golpe contra a cultura nesses países.

Para Bauer (2008), as diversas comissões de desaparecidos foram criadas durante as transições políticas das ditaduras. Na Argentina, foi criada pelo Presidente Raúl Alfonsín, em 1983, a “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP, 2015)” por meio do decreto 187.12. Para Patrícia Valdez:

Se crean en momentos históricos de recuperación del estado de derecho, con el advenimiento de un régimen democrático o al producirse intervenciones internacionales que tienen como misión apoyar procesos de paz y establecer premisas básicas para la convivencia. Su creación tiene el objetivo de investigar los hechos, conocer las causas que los motivaron y establecer responsabilidades de los diversos sectores involucrados. (VALDEZ, 2007 *apud* BAUER, 2008)¹.

Mariana Joffily (2010) expõe que em 1984 foi disponibilizado na Argentina, pela primeira vez, um relatório da CONADEP, de nome “Nunca Más”. Para a pesquisadora, este relatório “inspirou o grupo brasileiro envolvido com a sistematização dos processos da Justiça Militar a modificar o

1 São criadas em momentos históricos de recuperação do Estado de Direito, com o advento de um regime democrático ou intervenções internacionais cuja missão é apoiar os processos de paz e estabelecer premissas básicas para a convivência ocorrer. Sua criação tem como objetivo investigar os fatos, saber as causas que motivaram e estabelecer as responsabilidades dos diversos setores envolvidos. (Tradução nossa)

nome do projeto “Testemunhos Pela Paz para Brasil: nunca mais”. Com base nos dados do CONADEP de 2015, foram identificados 8.691 desaparecidos na Argentina, sendo a grande maioria homens (70%). Com relação à faixa etária, 59% foi formado por jovens, com idade entre 21 e 30 anos. Para Anjos, a concentração de desaparecidos ocorreu durante os anos de 1976 a 1978, contabilizando mais de 85%. Do total de desaparecidos, 30,2% eram operários, 21% estudantes, e 17,9% empregados. E, inclusive, menciona em seu artigo, a existência de cerca de 340 CCDs (Centros Clandestinos de Detenção) no período ditatorial. Nesses locais, geralmente em prédios pré-existentes, havia aparelhos instalados, com o objetivo de reprimir agentes civis ou militares. Para a autora, “tais locais cumpriam outros propósitos que não os de deter, corrigir e entregar o indivíduo de volta à sociedade, mas, sim, destruir e eliminar por completo todos os que eram considerados como “inimigos do Estado” por praticarem atos supostamente terroristas”. (ANJOS 2010)

Zarankin e Niro (2008) fazem uma comparação entre os CCDs e os Campos de Concentração, afirmando que os Campos de Concentração eram regidos (pelo menos em tese) por convenções internacionais que garantiam algum respeito aos prisioneiros, ao passo que nos CCDs simplesmente não existiam institucionalmente.

Para Schmitt e Fiuza (2010), foram instituídos regimes autoritários em vários países latino americanos entre as décadas de 1950 a 1970: Argentina (1976-1983), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1989), Paraguai (1954-1989), Bolívia (1971-1978), Peru (1968-1980), Uruguai (1973-1985), que representaram, como uma de suas características primordiais, o uso da repressão física, nos quais a censura foi um dos seus componentes fundamentais. Para os autores, todas as formas de expressão cultural foram alvos de cerceamento, porém o foco inicial recaiu sobre televisão, música, cinema, imprensa e rádio, havendo um “efeito cascata” para a censura literária, uma vez que ela se relaciona intensamente com as demais, pois, :

Por lo tanto, la cultura comprende los aspectos nacionales, pero entendidos como una dimensión simbólica relacionada a los procesos de producción material y reproducción social. En esta perspectiva, la cultura es una construcción significativa mediadora en la experimentación, comunicación, reproducción y transformación de un orden social dado². (INVERNIZZI; GOCIOL. 2003, p.22)

2 Por tanto, a cultura compreende os aspectos nacionais, porém entendidos como uma dimensão simbólica relacionadas aos processos de produção material e reprodução social. Nesta

Invernizzi e Gociol (2003) associam a censura à repressão política, já que causam um dano coletivo à subjetividade individual, na medida em que priva tal indivíduo de ter acesso aos bens aos quais ele teria a permissão irrestrita. Dessa forma, os autores consideram que a violência política estrutura as formas e os mecanismos de censura, resultando no controle cultural e político desejado por tais regimes.

No caso da Argentina, houve violência sem precedentes no Século XX, da qual resultaram 30 mil desaparecidos, denunciados no relatório “*Nunca Más*”, de CONADEP (2015). Segundo Schmitt e Fiuza, além de sequestro seguido de tortura, que ocorriam nos CCD (Centros Clandestinos de Detenção), havia a “apropriação ilegal de bebês, roubo de bens materiais dos oponentes “subversivos” ao regime, e “desaparecimentos”.

O regime autocrático argentino, para Invernizzi e Gociol, preocupava-se com a construção de um sistema educacional que reforçasse os valores culturais e as aspirações do “ser argentino”. Neste sentido, o governo oferecia, conforme apresentado pelos autores, cursos sobre a cultura nacional, para professores, tanto do ensino superior quanto do médio, para subsequente divulgação à sociedade jovem argentina, dos ideais do regime. Para tanto, era necessário o controle e evitar-se com isso que ideias opostas circulassem na sociedade. Como resultado, surgiram conflitos que culminaram com o exílio de vários intelectuais e artistas argentinos.

Assim, a ditadura argentina “implementou um projeto racional e sistemático com objetivos definidos” para combater o “inimigo cultural e político, representado pelo marxismo” (SCHMITT; FIUZA. 2010, p.4). Foram utilizados, conforme Invernizzi e Gociol diversos meios:

“En el caso de obras (libros, películas, revistas) la tendencia general era la de ejecutar esa acción represiva por medio de normas públicas como decretos nacionales, provinciales o municipales, e de resoluciones de ministerios o secretarías de Estado³”. (2003, p.49)

perspectiva, a cultura é uma construção importante mediadora na experimentação, comunicação, reprodução e transformação de uma ordem social determinada. (Tradução nossa)

- 3 No caso de obras (livros, filmes, revistas) a tendência geral era a executar essa ação repressiva por meio de normas públicas como os decretos nacionais, provinciais ou municipais, e de resoluções dos ministérios ou secretarias de Estado. (Tradução nossa)

Para Schmitt e Fiuza, tanto os funcionários quanto às bibliotecas argentinas foram alvos da censura, que proibia o empréstimo de obras consideradas subversivas, como as de Karl Marx, Mao-Tse-Tung, Ernesto Che Guevara, Friedrich Engels, entre outros. Os autores ressaltam que a censura foi demasiadamente rígida, tanto que em abril de 1976 foram queimados 19 títulos da coleção da biblioteca da Escola Superior Manuel Belgramo. Zeballos (2004) salienta que fatos ainda mais graves ocorreram na referida Instituição de Ensino, como a morte de doze estudantes e ex-alunos, a expulsão de vinte alunos, o exílio de um outro, além da perseguição de diversos docentes e zeladores.

Ainda de acordo com Schmitt e Fiuza (2010), a censura era realizada por intermédio do SIA (*Servicio de Inteligencia de Argentina*), inclusive com análise das fichas catalográficas das obras, sendo considerados livros subversivos os que continham palavras suspeitas, como “vermelho”, “Cuba”, “revolução”, sem considerar o seu conteúdo e contexto. O escopo das obras analisadas incluía livros escolares, novelas, obras de teatro, entre outros. Para viabilizar a execução da censura literária, o governo teve que investir financeiramente, além de capacitação de pessoal, de forma a garantir o controle proposto. Assim, estava claro que o governo autocrático argentino tinha plena consciência de que o projeto de consolidação do poder militar passaria pelo convencimento da sociedade e que “a ditadura foi um projeto econômico-social que não marginalizava a problemática social, e sim um projeto global para a sociedade como um todo” (INVERNIZZI; GOCIOL, 2003, p.52).

A repressão literária por queima de livros, termo definido por estudiosos argentinos como “*biblioclastia*”, gerou críticas e repercussões negativas na sociedade, conforme descrito por Invernizzi e Gociol:

cientos de miles de libros fueron destruidos de diferentes maneras. Algunos fueron los libros desaparecidos, como ocurrió en Eudeba el 27 de febrero de 1977. Los camiones militares, convocados por las autoridades civiles de la empresa, estacionaron frente la editorial y se llevaron alrededor de 90.000 volúmenes, nunca más se supo de ellos⁴. (2003, p.13)

4 “[...] centenas de milhares de livros foram destruídos de diferentes maneiras. Alguns livros desapareceram, como aconteceu na editora Eudeba no dia 27 de fevereiro de 1977. Os caminhões militares, convocados pelas autoridades civis da empresa, estacionaram em frente a editora e levaram cerca de 90.000 volumes e nunca mais se teve notícias deles. (Tradução nossa)

Assim, embora a censura de livros já existisse anteriormente, o Estado estabeleceu, em Outubro de 1977, o Informe Especial No 10, com o objetivo de “*estructurar un sistema integral que niegue, en el ámbito de los MCS (medios de comunicación social), el acionar subversivo y asegure la plena vigencia de la propia cultura nacional*”, (INVERNIZZI; GOCIOL, 2003, p.23) que conferia poderes ao Ministério da Educação, para estruturar uma comissão de fiscalização do livro escolar, entre outros meios de comunicação.

Torna-se oportuno mencionar o fato ocorrido em julho de 1974: na explosão de uma bomba nas instalações da Eudeba, importante editora argentina da época, na qual se encontravam em processo de encadernação, 25000 exemplares do livro “El Marxismo”, de Henri Lefebvre. Em outubro do mesmo ano foi promulgada a Lei 20.840, com o objetivo de proibir e punir atividades que “alterassem a ordem institucional”, com foco nos responsáveis pelos canais de rádio e televisão, além de editores de livros. Nesse sentido, a “Dirección General de Publicaciones” (DGP), componente do Ministério do Interior, era o órgão responsável pela fiscalização.

Schmitt e Fiuza ressaltam (2010) que a literatura infantil também foi alvo da censura, e citam algumas obras:

- “*La Torre de Cubos*”, de Laura Devetach, que foi censurado em virtude de questionar ideologias sociais, além de apresentar “simbologia confusa”;
- “*Un elefante ocupa mucho espacio*”, de Elsa Izabel Borenmann, que narra a história de um elefante que vivia em um zoológico, e que convence os demais animais, tanto para questionarem sobre os maus tratos sofridos, quanto para que lutassem para voltar ao habitat natural. Foi censurado por possuir idéias subversivas;
- “*El nacimiento, los niños y el amor*”, de Agnes Rosenstiehl, foi censurado porque demonstrava como os seres humanos nascem, sendo por esta razão considerado um desrespeito à família, à moral, e aos bons costumes. Tanto esta última obra quanto a anterior foram censuradas pelo Decreto Nacional No 3155, de 1977.

Como havia decretos nacionais, estaduais e municipais, ocorriam casos em que as obras eram proibidas na capital, porém não nas demais províncias (SCHMITT e FIUZA, 2010, p.7).

Alguns autores, como no caso de Bonacci (2008), explicam a importância da leitura como mecanismo de “instrumentalização de sujeitos”, uma vez que estas abrem a imaginação e ampliam a criatividade dos leitores.

Dessa forma, a autora sugere que o governo militar argentino considerava que “um povo analfabeto e limitado em suas leituras seria mais fácil de se governar” (p.309). Um outro fato apresentado pela autora revelam que os livros infantis da ditadura argentina estavam cerceados por ambiguidades e contradições por “*todos sus decretos se disfrazaban de protección a los valores humanos y repudiaban la solidaridad y la unión*”⁵. (BONACCI. 2008, p.310)

Schmitt e Fiuza (2010) apontam que além da censura oficial, havia a autocensura, na qual os donos de livrarias e editores destruíram livros que consideravam subversivos, pelo medo de serem perseguidos pelo regime militar. Após o período ditatorial, em 1984, quando se permitiu a volta destas obras às bibliotecas, percebeu-se o grande prejuízo à literatura, pois muitas obras desapareceram e não puderam ser recuperadas.

A Lógica de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (1930-2002) institui um conjunto de elementos que possibilitam o estudo das sociedades e de seus desdobramentos. Dentre eles o político e o poder de dominação considerando o campo, ou seja, um *locus* para a prática destes jogos de poder, tais como o *habitus* e capital cultural, abordados mais adiante. Outro conceito apresentado pelo sociólogo é o fato dos tecidos e estruturas da sociedade estarem pautados em uma abordagem conservadora, isto é, associados, por exemplo, à posição social e ao propósito de se manter a ordem estabelecida. Dessa forma, tais ferramentas de poder são arbitrárias, mas requerem que os dominados as percebam como verdadeiras e dignas.

Os principais elementos da teoria de Bourdieu são:

- Espécies de Capital: Marx influenciou o pensamento de Bourdieu, que considerava o capital como estruturante, tanto da sociedade quanto das posições dos indivíduos nessa ordem social. Assim, quanto maior o capital de uma pessoa, maior o seu poder, e maior a possibilidade de ascensão social;
- Capital Econômico: fatores de produção, tais como imóveis, salários, renda, exercem o poder econômico, ou seja, a dominação e subordinação entre os indivíduos de uma sociedade;

5 Todos seus decretos se disfarçavam de proteção aos valores humanos e repudiavam a solidariedade e a união. (Tradução nossa)

- Capital Cultural: que para Bourdieu é composto por elementos, tais como experiência, conhecimento, títulos, o que proporciona a existência de diversas classes, e que dentro destas é compartilhada a mesma identidade social, ou seja, gostam dos mesmos filmes, músicas, ou mesmo que frequentam os mesmos lugares;
- Capital Social: é composto pelas redes de relações sociais, e que podem se converter em recursos de dominação, como é o caso de se exercer o poder para se atingir um objetivo;
- Capital Simbólico: tudo aquilo que é usado para proporcionar um reconhecimento em determinado espaço social, tais como prestígio;
- Campo: um campo pode ser compreendido como um espaço simbólico, no qual há relações objetivas, assim como os nichos onde ocorrem, tanto o estabelecimento de posições, quanto de disputas entre os diversos indivíduos, considerando-se os diferentes tipos de capital. Nesse sentido, há vários campos para o exercício desta influência, tais como o religioso, o científico, e o acadêmico, que são pautados por regras e lógicas específicas. Logo, os indivíduos se posicionam nos campos baseados nesse capital acumulado (social, cultural, econômico). Adicionalmente, tais conflitos consolidam valores que se tornam aceitáveis pelo senso comum. Com base nos elementos predominantes, forma-se o *habitus*, bem como o código que representa a sua aceitação social. Assim, por exemplo, temos o capital social, que é representado pelas relações interpessoais construídas pelos indivíduos, bem como os benefícios e prejuízos resultantes da competição entre os diferentes grupos sociais. Já na educação o foco é o capital cultural, formado a partir dos conhecimentos adquiridos. Dessa forma, Bourdieu (1983) afirma que existem “leis gerais dos campos”, isto é, leis de funcionamento imutáveis, que fazem com que a Teoria dos Campos possa ser generalizada, levando-se em conta que o que se aprende sobre um determinado campo pode ser aplicado em outro. Portanto, toda vez que um novo campo é investigado, surgem novas propriedades, avançando assim o conhecimento dos elementos condicionantes e formativos. Para Bourdieu (2009), o campo é formado por indivíduos dotados de mesmo *habitus*, e assim, da mesma forma que o campo estrutura o *habitus*, este constrói o campo.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes,

permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

- *Habitus*: considera-se aqui o sistema, método pelo qual formamos nossa maneira de pensar, e de agir, sustentando assim a estrutura da realidade social. Além disso, o *habitus* é formado pelas experiências sociais e pelas relações que obtivemos em nossas vidas sendo, portanto, um modo cognitivo de fundamentos duráveis. Dessa forma, o *habitus* compreende na aceitação de determinada estrutura social pelos indivíduos, estrutura essa que influencia o modo de agir e de pensar desse indivíduo, confirmando e reproduzindo tal comportamento, por vezes de modo inconsciente. Dentro desta perspectiva pode-se considerar a dominação masculina, que se perpetua, além dos mecanismos sociais, também pela aceitação involuntária, por parte das mulheres, de um discurso conciliador. Na formação do *habitus*, a produção em áreas como arte, ciência, religião, constitui-se no elemento fundamental, pelo fato de recriar as desigualdades, de forma indireta. Nesse sentido, o *habitus* pode ser considerado um conjunto de disposições orientado para a prática, e que sustenta a regularidade de tais atividades. Assim, os indivíduos dotados de um mesmo *habitus* vão agir da mesma maneira em determinadas circunstâncias. Entretanto, “é preciso tomar cuidado para não procurar nas produções do *habitus* mais lógica do que existe nelas: a lógica da prática é ser lógico até o ponto em que ser lógico deixaria de ser prático” (BOURDIEU, 2004, p. 100).
- Violência Simbólica: sendo o *habitus* natural nas estruturas sociais, quando há imposição de dominações de quaisquer tipos nessas estruturas, ocorre uma naturalização desta dominação, ou seja, tanto as regras quanto às crenças impostas ao indivíduo acabam parecendo coisas naturais e comuns, fazendo com que quaisquer tipos de desigualdade não sejam percebidos. Assim, a violência simbólica age como uma concessão do inconsciente, e o dominado contribui para sua dominação, como o caso de um roedor ficar paralisado pelo olhar de uma serpente, a ponto de ser dominado facilmente.

Nisso, acaba não havendo relação antitética entre o indivíduo e as estruturas existentes, resultando na opressão cúmplice, dos oprimidos com os opressores.

A Sociedade Argentina: um olhar baseado em Bourdieu

Os momentos que antecederam os períodos ditatoriais argentinos, bem como durante os regimes totalitários, apresentam características bem peculiares e distintas, em especial em relação ao campo, vinculando-se nele histórias estruturadas em tempos e espaços distintos, tais como espaços de lutas e de interesses. Assim, Bourdieu (2007) considera as estruturas sociais espaços para a transferência de capitais (no caso o conhecimento social, simbólico e científico). Tal fato pode ser verificado tanto no período anterior, quanto durante estas ditaduras. Há aqui conflitos que extrapolam os fundamentos ideológicos e perpassam todas as atividades culturais da sociedade, evidenciando grande divergência de princípios no governo ditatorial (em contraposição à harmonia dos períodos que as antecederam, visto o grande desenvolvimento cultural que a sociedade argentina experimentou). Tais embates culminaram com o uso da coerção e violência física para preservação do regime.

Sob essa perspectiva, torna-se possível ressaltar o capital social e cultural como elementos preponderantes na transferência e assimilação na sociedade. Adicionalmente, nota-se igualmente a existência do campo, ou seja, onde se formam os *habitus*, ou seja, as práticas que representam os pensamentos coletivos. Assim, Bourdieu afirma que “um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço” (1997, p.57).

Neste campo são reconhecidos os diversos elementos que agem no processo, de forma a consolidar os conceitos, tanto pela apresentação quanto pela reflexão, e, conseqüentemente, a aceitação dos mesmos. Além disso, há o conhecimento preexistente, além de várias “heranças” presentes nos indivíduos, como a postura corporal, uma vez que o aprendizado, com base em Bourdieu, também ocorre pelo corpo, assim como a habilidade de falar em público. Portanto, percebe-se um padrão de conduta e de discurso, como forma de argumentação em defesa dos interesses próprios, como é o caso percebido nos governos ditatoriais, que tentam, com base em uma falsa proteção da nação contra a “esquerdização”, difundir e consolidar na sociedade

a legitimidade deste capital social. Como ressaltam Invernizzi e Gociol que durante a ditadura argentina “todas as formas de expressão cultural foram alvos da censura, porém o foco inicial recaiu sobre televisão, música, cinema, imprensa e rádio, havendo um “efeito cascata” para a censura literária, uma vez que ela se relaciona intensamente com as demais” (2003, p.22).

Diante disso, percebe-se no espaço das estruturas sociais do período ditatorial o que Bourdieu (2000) chamou de violência simbólica, ou seja, o controle e predominância de um grupo social sobre outro, o elemento legitimador de dominação, e que se reflete na prática por meio de estilos de vida, difícil de se alterar como padrão social.

Ademais, indivíduos com maiores dificuldades acabam se espelhando na trajetória daqueles bem-sucedidos, como resultado de “um esforço que compensa”. Entretanto, há o risco, a desigualdade levar à frustração caso haja fracasso no desempenho destes indivíduos, o que pode levá-los a desencorajar um esforço maior no aprendizado formal. Bourdieu também aborda essa situação ao afirmar que a ausência da consideração o conhecimento e experiência que os indivíduos trazem de casa, e o aprendizado iniciado do zero, o resultado viria. Dessa forma, a competição na sociedade passou a ser considerada incontornável e inevitável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de pesquisa não pretende esgotar o assunto dos motivadores que propiciaram a ocorrência de determinados fatos nos períodos ditatoriais argentinos, mas sim realizar uma análise crítica destes fatos sociais à luz, e alicerçando-os aos elementos da lógica de Pierre Bourdieu.

Sob este enfoque, considera-se que o artigo atingiu seu propósito, o da realização de uma análise crítica da sociedade no período ditatorial, sob a perspectiva da teoria do sociólogo francês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como propósito identificar, na sociedade argentina, durante os períodos que antecederam, bem como na vigência da ditadura, elementos da lógica e teoria de Pierre Bourdieu. Para tanto, foi inicialmente feita uma análise histórica da sociedade argentina, considerando tanto os aspectos políticos, como sociais, e como os regimes totalitários influenciaram a cultura dominante nestes períodos.

Posteriormente, foram apresentados os conceitos da lógica de Bourdieu, especialmente os vários tipos de capitais, bem como o conceito de campo e *habitus*, e seus componentes, além de seus relacionamentos.

Na sequência buscou-se, a partir dos fatos históricos e dos conceitos apresentados pelo sociólogo francês, realizar uma associação de tais fatos, de forma a evidenciar a existência dos elementos da lógica de Bourdieu. Como resultado, apresenta-se uma possível correlação na motivação dos fatos sociais com os elementos da teoria utilizada como base, o que demonstra a certa coerência destes conceitos, porém com uma abordagem prática.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Giullia Caldas, *A Arqueologia da Repressão no Contexto das Ditaduras Militares da Argentina, Uruguai e Brasil*, *Arqueologia Pública*, Campinas: No. 5, pp. 79-92, 2012.

BAUER, C. S. *A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil*: “aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão”. *Revista de História Comparada*, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num001_artigo004.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*; tradução Maria Helen Khüner – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Siglo xxi, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 73-79.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

INVERNIZZI, Hernán; GOCIOI, Judith. *Un golpe a los libros: represión a la cultura durante la última dictadura militar*. 2 ed. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

JOFFILY, Mariana, *Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991)*. Revista Tempo e Argumento, UDESC, Vol.2, No 1, pp 111-135, Florianópolis, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 2010.

NOVARO, Marcos. *Historia de la Argentina: 1955-2010*. Buenos Aires: Ed. Siglo Veintiuno. 2011.

PRIORI, A. *Golpe Militar na Argentina: “apontamentos históricos”*. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 59, Abril. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/059/59priori.htm>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto; FIUZA, Alexandre Felipe, *Controle e Censura Literária nas Ditaduras Argentina (1976-1983) e Brasileira (1964-1985)*. II Simpósio Nacional de Educação, Cascavel-PR, 2010.

ZARANKIN, A.; NIRO, C. *A materialização do sadismo: “arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83)”*. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 183-210.

ZEBALLOS, Federico. *Bibliotecas y ditadura militar. Córdoba, 1976-1983*. In: SOLARE, Tomás; GÓMEZ, Jorge. “Biblioclastía: los robos, la represión y sus resistencias en bibliotecas archivos y museos”. Buenos Aires: Eudeba, 2008. p. 133-163.